

**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA PARAÍBA
PRÓ-REITORA DE PESQUISA, INOVAÇÃO E PÓS-GRADUAÇÃO CURSO DE
ESPECIALIZAÇÃO EM LIBRAS - EaD**

MARIA LUCILENE PEREIRA DOS SANTOS

**A DIALÉTICA DA INCLUSÃO EM EDUCAÇÃO: UMA POSSIBILIDADE EM UM
CENÁRIO DE CONTRADIÇÕES NA REDE REGULAR DE ENSINO**

PATOS - PB

2020

MARIA LUCILENE PEREIRA DOS SANTOS

**A DIALÉTICA DA INCLUSÃO EM EDUCAÇÃO: UMA POSSIBILIDADE EM UM
CENÁRIO DE CONTRADIÇÕES NA REDE REGULAR DE ENSINO**

Artigo apresentado à
Coordenação do Curso de
Especialização em Libras-
EaD do Instituto Federal de
Educação, Ciência e
Tecnologia da Paraíba –
Campus Patos, como requisito
para a obtenção do título de
Especialista em Libras.

Orientador (a): Ms. Priscila
Andrade de Souza Nogueira

**PATOS-PB
2020**

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA SETORIAL DE PATOS/IFPB

S237d Santos, Maria Lucilene Pereira dos

A dialética da inclusão em educação: uma possibilidade em um cenário de contradições na rede regular de ensino/ Maria Lucilene Pereira dos Santos. - Patos, 2020.

22 f.

Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Libras - EAD) - Instituto Federal da Paraíba, 2020.

Orientadora: Ms. Andrade Souza de Souza Nogueira

1. Inclusão 2. Deficiência 3. Ensino regular I. Título.

CDU – 376

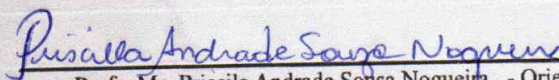
MARIA LUCILENE PEREIRA DOS SANTOS

**A DIALÉTICA DA INCLUSÃO EM EDUCAÇÃO: UMA POSSIBILIDADE EM UM
CENÁRIO DE CONTRADIÇÕES NA REDE REGULAR DE ENSINO**

Artigo apresentado à Coordenação do Curso de Especialização em Libras-EaD do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba – Campus Patos, como requisito para a obtenção do título de Especialista em Libras.

APROVADO EM: 02/03/2021

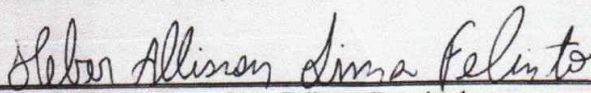
BANCA EXAMINADORA



Profa. Ms. Priscila Andrade Sousa Nogueira . - Orientadora
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba



Profa. Ms. Michelle Melo Gurjão- Examinadora
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba



Prof. Mr. Heber Allisson Lima Felinto - Examinador
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba

Dedico esse artigo a todos os colegas especiais que fazem pós em Libras do IFPB

Traga dúvidas e incertezas, doses de ansiedade, construa e desconstrua hipóteses, pois aí reside a base do pensamento científico do novo século. Um século cansado de verdades, mas sedento de caminhos. ” (Cláudia Werneck)

AGRADECIMENTOS

Ao nosso senhor Deus, por guiar meus passos e ser tão bom comigo sempre, me dando forças para não desistir mesmo diante de tantos obstáculos.

Aos meus pais que sempre me apoiaram, incentivando-me a buscar mais conhecimento. Mesmo eles não tendo tido a mesma oportunidade que eu, mas tiveram a percepção da importância do meu aprofundamento nos estudos.

Ao meu esposo Leoberto Soares Maia, pelo apoio incondicional durante a realização do curso.

Aos meus filhos José Paulo Maia Bisneto e Heitor dos Santos Maia pela compreensão de todas as vezes que precisei me ausentar das minhas obrigações enquanto mãe.

A professora Priscilla que me orientou carinhosamente.

A minha irmã Edinete Pereira dos Santos que nunca mediu esforços para me ajudar nos momentos em que encontrei dificuldade para realizar as atividades propostas.

A coordenadora Ana Zulema que acreditou no potencial de cada aluno.

RESUMO

As pessoas com deficiências necessitam de um trabalho em equipe, incluindo os pais, para que possam desenvolver-se com maior estabilidade. A inclusão de alunos com necessidades educativas especiais na rede regular de ensino é desafiadora, uma vez que muitas escolas não estão preparadas para receber o aluno com deficiência. Este trabalho busca compreender como ocorre o processo de implementação do movimento de inclusão na rede regular de ensino. Para o alcance dos objetivos, foi realizado um estudo bibliográfico de autores e documentos como: Constituição Federal (1988), Declaração de Salamanca (1994), Saviani(2011), Silva(2011), Voivodic(2008), entre outros. Dessa forma, este trabalho é de cunho bibliográfico qualitativo, em que buscou-se, em materiais já publicados, auxílio para melhor compreensão de como acontece a inclusão de alunos na rede regular de ensino. Assim, os resultados da pesquisa mostram que os professores sentem dificuldade com esse processo, enfrentando desafios como a falta de formação voltada à inclusão, pois o despreparo físico da escola, ausência de material didático, salas numerosas, falta de tempo para atendimento individualizado desses alunos são os fatores que atrapalham o processo de inclusão. Desse modo a educação inclusiva precisa se desdobrar dentro de um movimento maior de educação, no sentido de assumir posição de resistência ao modelo de educação que desconsidera a diversidade. Diante dos desafios, a escola promove a inclusão de alunos com deficiência na sua maneira de fazer acontecer a aprendizagem com qualidade.

PALAVRAS CHAVES: Inclusão; Deficiência; Ensino Regular.

ABSTRACT

People with disabilities need teamwork, including parents, so that they can develop with greater stability. The inclusion of students with special educational needs in the regular school system is challenging, since many schools are not prepared to receive students with disabilities. This work seeks to understand how the process of implementing the inclusion movement in the regular school system occurs. To achieve the objectives, a bibliographic study of authors and documents was carried out, such as: Federal Constitution (1988), Salamanca Declaration (1994), Saviani(2001), Silva(2001), Voivodic (2008), among others. Thus, this work is of a qualitative bibliographic nature, in which it was sought, in materials already published, assistance for a better understanding of how the inclusion of students in the regular school system happens. Thus, the results of the research show that teachers experience difficulties with this process, facing challenges such as the lack of training geared towards inclusion, as the school's physical unpreparedness, absence of didactic material, numerous rooms, lack of time for individualized care for these students are the factors that hinder the inclusion process. Thus, inclusive education needs to unfold within a larger movement of education, in the sense of assuming a position of resistance to the model of education that disregards diversity. Faced with the challenges, the school promotes the inclusion of students with disabilities in their way of making quality learning happen.

KEY WORDS: Inclusion; Disability; Regular Education.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	09
1.1	OBJETIVOS	11
1.1.1	Objetivo geral.....	11
1.1.2	Objetivos específicos.	11
2	FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	11
2.1	EDUCAÇÃO INCLUSIVA: ESCOLA PARA TODOS	11
2.2	POLÍTICA DE INCLUSÃO E PERSPECTIVAS HISTÓRICAS.....	12
2.3	SALA MULTIFUNCIONAL E SUAS POSSIBILIDADES DE INCLUSÃO.....	14
3	MÉTODOS.....	16
4	RESULTADOS E DISCUSSÃO.....	18
4.1	VERIFICAR OS DESAFIOS ENCONTRADOS PARA INCLUIR O ALUNO COM DEFICIÊNCIA NA REDE REGULAR DE ENSINO.....	18
4.2	IDENTIFICAR QUAIS OS FATORES QUE FACILITAM OU INIBEM O APRENDIZADO DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIAS NA ESCOLA.....	18
4.3	IDENTIFICAR AS POLÍTICAS, CULTURAS E PRÁTICAS DESENVOLVIDAS NA REDE REGULAR DE ENSINO QUE FAVOREÇAM A FORMAÇÃO DO ALUNO COM DEFICIÊNCIA.....	18
	CONSIDERAÇÕES FINAIS.	19
	REFERÊNCIAS.....	20

1 INTRODUÇÃO

A inclusão escolar deve ter como foco a construção de uma proposta acolhedora, ser baseada no respeito e na igualdade das pessoas, sobretudo, deve levar em consideração o potencial dos alunos que têm necessidades educativas especiais (SASSAKI, 1997). A história mostra que as pessoas com deficiência, por muito tempo, tiveram seus direitos educacionais negados e, infelizmente isso ocorre ainda hoje, mesmo com as leis que foram criadas para lhes garantir o direito de inclusão nas instituições de ensino e com uma nova concepção da sociedade, que apesar de ainda carregar muitos preconceitos com as pessoas deficientes, já evoluiu muito nesse sentido.

A esse respeito, Saviani (2013) destaca que, o processo de constituição da educação brasileira sofreu diversos fatores que contribuíram para as negligências sociais, cuja ação da força colonizadora voltava-se para a manutenção dos interesses da ordem religiosa.

Diante deste cenário, faz-se necessário um estudo bibliográfico, para compreender e auxiliar tanto os professores que atuam na educação inclusiva quanto os alunos que têm algum tipo de deficiência e que, geralmente, estão sendo excluídos do convívio escolar.

É necessário que a inclusão ocorra em conjunto e em toda sociedade, para isso, as pessoas ainda lutam todos os dias em busca de igualdade e direitos. As escolas regulares vêm recebendo com muita frequência pessoas com deficiência e esta demanda requer cuidados e orientações adequadas de como se trabalhar estas pessoas, de forma a viabilizar a aprendizagem, sendo assim, as escolas precisam chamar para si esta responsabilidade promovendo debates e discussões acerca do tema.

A inclusão de crianças com necessidades educativas especiais (NEE) é uma realidade na educação brasileira. Tal inclusão é um dos desafios da atualidade que trabalha as diferenças e potencialidades individuais como fator de desenvolvimento e crescimento para todos os alunos. Entretanto, é um processo em constante transformação que envolve educadores nas escolas, uma vez que o desconhecimento dos benefícios da inclusão atinge tanto os professores como a comunidade escolar, pois, apesar dos avanços educacionais, esse é um procedimento que apresenta inúmeras dificuldades, sendo uma forte barreira a ser superada por todos aqueles que estão envolvidos no cotidiano escolar.

Dessa forma, este artigo buscou apoio nos seguintes documentos e autores: Constituição Federal (1988), Declaração de Salamanca (1994), Saviani (2001), Silva (2001), Voivodic (2008).

Nesse entendimento, o presente artigo teve seu problema relacionada à seguinte questão: A implementação da política de inclusão para alunos com deficiências na rede regular de ensino. Em que mudou a realidade no que refere às dificuldades destes alunos deficientes que se encontram inseridos na rede regular de ensino? Que contribuições a política da inclusão trouxe para estes sujeitos? Diante do exposto, o trabalho se justifica por entender-se a importância que tem uma política de inclusão, e que se motivou a optar por essa temática, evidenciou-se a relação social com a educacional, trazendo maior entendimento da situação dessas pessoas, e isso propicia diversas possibilidades e práticas que contribuem para a educação do nosso País.

1.1 OBJETIVOS

1.1.1 Geral

Compreender como ocorre o processo de implementação do movimento de inclusão na rede regular de ensino.

1.1.2 Específicos

- ✓ Verificar os desafios encontrados para incluir o aluno com deficiência na rede regular de ensino;
- ✓ Identificar quais os fatores que facilitam ou inibem o aprendizado de alunos com deficiências na escola;
- ✓ Conhecer algumas políticas e práticas desenvolvidas na rede regular de ensino que favoreçam a formação do aluno com deficiência.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 Educação inclusiva: Um Direito de todos.

A educação inclusiva vem de estudos científicos oriundos de muitas discussões profundas que resultaram em estudos teóricos que contaram com a participação e colaboração de organizações de pessoas com deficiência, pais e educadores no Brasil e no mundo.

No Brasil, a Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988), traz como um dos principais objetivos “promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade, e quaisquer outras formas de discriminação” (Art.3, inciso IV). Define, no artigo 205, a educação como um direito de todos, garantindo o pleno desenvolvimento da pessoa, o exercício da cidadania e a qualificação para o trabalho. No seu artigo 206, inciso I, estabelece a “igualdade de condições de acesso e permanência na escola” como um dos princípios para o ensino e garante, como dever do Estado, a oferta do atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino (Art.208). As Leis de Diretrizes e Bases (LDB) e o Estatuto das Crianças e dos Adolescentes (ECA) reiteram e complementam os artigos supracitados apresentados na Constituição Brasileira.

No contexto mundial, a Declaração Mundial de Educação para Todos (1990), a Declaração de Salamanca (1994) e a Convenção Interamericana para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Pessoa com Deficiência (1999) são alguns dos mais importantes documentos produzidos sobre esse assunto. A Declaração Mundial de Educação para Todos foi aprovada pela Conferência Mundial de Educação para Todos, que aconteceu em Joimtien, Tailândia, de 5 a 9 de março de 1990, com objetivo de melhorar o acesso e o direito à educação a todo cidadão. Nesta Declaração, fica claro que “a educação é um direito fundamental de todos, mulheres e homens, de todas as idades, no mundo inteiro”.

A Declaração de Salamanca foi elaborada na Conferência Mundial sobre Educação Especial, realizada pela UNESCO, em Salamanca, na Espanha, em 1994, e teve como princípio fundamental fornecer diretrizes básicas para a formulação e reformas políticas nos sistemas educacionais para atender os cidadãos com deficiência física, mental e motora. Sendo que a principal linha de discussão é o atendimento dos alunos com necessidades especiais no sistema de ensino regular firmando um compromisso com uma educação para todos os cidadãos.

A Convenção Interamericana para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra com Deficiência que foi celebrada na Guatemala, em maio de 1999, condena qualquer discriminação, exclusão ou restrição por causa da deficiência que impeça o exercício dos

direitos das pessoas com deficiência na sociedade inclusive o direito à educação escolar com dignidade (VOIVODIC,2008). Reafirmando que as pessoas com Necessidades Educativas Especiais têm os mesmos direitos humanos e liberdades fundamentais que outras pessoas, inclusive o direito de não ser submetidas à discriminação com base na deficiência, que garante a dignidade e a igualdade que são inerentes a todo ser humano.

2.2 Política de inclusão e perspectivas históricas

A Educação Especial registra três etapas históricas. De acordo com Voivodic (2011), um primeiro momento diz respeito ao tratamento prisional aquele realizado em hospitais e manicômios; já o segundo era o que buscava desenvolver as pessoas com deficiência por meio da integração com pessoas ditas normais; e terceiro momento foi voltado para a concepção em relação aos conceitos de integração e inclusão, a fim de que estes conceitos não sejam confundidos durante as práticas pedagógicas.

Com o processo de industrialização ocorrido no Século XVI, surgiram novas ideias em relação às práticas educativas, pois estas estavam voltadas apenas para a classe economicamente favorecida. Estas novas ideias estavam sustentadas em teorias fundamentadas em princípios democráticos que defendiam que a escola deveria ser para todos. Os médicos e pedagogos tinham diferentes concepções, mas foram responsáveis pela mudança de conceitos que havia na sociedade da época.

Estes profissionais defendiam a possibilidade de que as pessoas com deficiência poderiam aprender, a respeito da concepção da época que as considerava ineducáveis, por isso a preocupação com as pessoas com deficiência era relacionada a custódia, sendo o atendimento realizado em asilos e manicômios, pois se acreditava que uma vez que eram diferentes deveriam ficar protegidos. Também havia certo temor da sociedade, uma vez que os deficientes eram chamados pela sociedade de anormais. De acordo com Silva (2001, p. 183), “ainda vivemos em nossa sociedade essa segregação das pessoas com deficiência”.

O movimento de inclusão das pessoas com deficiência é algo recente. Historicamente, a existência discriminatória da escola e de toda sociedade limita-se à escolarização de um grupo seletivo e homogêneo de pessoas. Os que não pertenciam a esse grupo ficavam excluídos dessa sociedade. Com a democratização da escola surge a contradição inclusão / exclusão. Inicia-se, então, o acesso das pessoas com deficiência às escolas, mas, num processo de integrar e não de

incluir. Toda essa modificação, ainda que lenta e pouco significativa, fomenta futuras e importantes mudanças no cenário para tentativas de uma educação inclusiva (BRASIL, 2007).

Assim a Lei nº 4.024 de 1961 – Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional (LDBEN) garante o direito à educação em escolas regulares para as crianças portadoras de alguma deficiência ou superdotadas. Entretanto, na década de 70, houve um retrocesso na caminhada da política inclusiva com a lei nº 5.692/71 que defendia o tratamento especializado para os alunos com necessidades especiais, reforçando, assim, a segregação desses alunos em salas especiais. Nesse período criou-se o Centro Nacional de Educação Especial (CENESP) responsável pela educação especial no Brasil difundindo o movimento da integração escolar dos indivíduos com restrições físicas ou mentais.

Em 1999, o decreto nº 3.298, regulamentou a Lei nº 7.853/89, que dispunha sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa com Deficiência, estabeleceu o conceito de deficiência, definiu quem são esses sujeitos e, a partir disso, como assegurá-los. De acordo com esse decreto, deficiente é todo aquele que tem uma perda ou uma anormalidade de uma estrutura ou função psicológica, fisiológica ou anatômica que provoque incapacidade para desempenhar atividade, dentro do padrão considerado normal para os demais e afirma ainda que deficiência permanente é aquela que ocorreu num determinado tempo sem recuperação, mesmo com novos tratamentos.

Pode-se observar que houve muitos progressos e avanços humanitários em direção ao cumprimento dos direitos das pessoas com deficiência. Com efeito, a partir da Declaração Mundial de Educação para todos em 1990, os direitos humanos das pessoas com deficiência passaram a ser mais respeitados.

Observa-se que há tempos vem havendo preocupação não apenas com ingresso dos alunos deficientes, há, de forma bastante enfática, uma preocupação para que, uma vez esses alunos tendo o acesso à escola, seja garantida a eles uma aprendizagem que os tirem da invisibilidade e procure desenvolver, dentro de uma limitação, competências e habilidades para que consigam viver de forma digna na sociedade.

No âmbito educacional, atualmente, as escolas da rede regular de ensino oferecem atendimento em sala de AEE, no entanto esses educandos, ainda não recebem a atenção e tratamento devido para o seu pleno desenvolvimento e participação na vida da comunidade, uma vez que ainda faltam subsídios, diagnóstico e integração entre os responsáveis.

2.3 Sala multifuncional e suas possibilidades de inclusão.

Com a Declaração de Salamanca (1994), é iniciada, no Brasil, uma reconfiguração das modalidades de atendimento e serviço aos alunos com deficiência, entre as quais figura a sala de recursos. No texto das Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica (BRASIL, 2001) encontra-se o conceito desse serviço de apoio à inclusão, pelo qual deve ser desenvolvido o atendimento educacional especializado (AEE) na escola, envolvendo-se professores com diferentes funções:

Salas de Recursos: serviço de natureza pedagógica, conduzido por professor especializado, que suplementa (no caso dos superdotados) e complementa (para os demais alunos) o atendimento educacional realizado em classes comuns [...]. Esse serviço realiza-se em escolas, em local dotado de equipamentos e recursos pedagógicos adequados às necessidades educacionais especiais dos alunos, podendo estender-se a alunos de escolas próximas, nas quais ainda não exista esse atendimento. Pode ser realizado individualmente ou em pequenos grupos, para alunos que apresentem necessidades educacionais especiais semelhantes, em horário diferente daquele em que frequentam a classe comum. [...] (BRASIL, 2001, p. 50).

A oferta da sala de recursos passou a ser considerada pelos estados da Federação, no espaço escolar do ensino regular, como um dos atendimentos da Educação Especial, que visa contribuir para a inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais matriculados em classes comuns. Para demonstrar a aceitação da posição da Secretaria de Educação Especial do Ministério da Educação passaram, também, a legislar sobre esse serviço.

O objetivo principal do AEE é o de identificar, elaborar e organizar recursos pedagógicos e de acessibilidade que eliminem as barreiras para a plena participação dos alunos, considerando suas necessidades específicas. As atividades desenvolvidas no atendimento educacional especializado diferenciam-se daquelas realizadas na sala de aula comum, contudo, tais atividades não são substitutivas à escolarização. (BRASIL, 2001, p.50).

O atendimento educacional especificado disponibiliza programas de enriquecimento curricular, o ensino de linguagem e códigos específicos de comunicação e sinalização, ajudas técnicas e tecnologia assistivas, dentre outros.

É na educação infantil que a inclusão escolar tem início, pois é o local onde desenvolvem-se as bases necessárias para a construção do conhecimento e seu desenvolvimento global. Nessa etapa, o lúdico, o acesso às formas diferenciadas de comunicação, a riqueza dos estímulos nos aspectos físicos, emocionais, cognitivos, psicomotores e sociais e a convivência com as diferenças favorecem as relações interpessoais, o respeito e a valorização da criança (SARTORETTO, SARTORETTO, 2010).

Em todas as etapas e modalidades da educação básica, o Atendimento Educacional

Especializado é organizado para apoiar o desenvolvimento dos alunos, constituindo oferta obrigatória dos sistemas de ensino e o atendimento deve ser realizado no turno inverso ao da classe comum, na própria escola ou no centro especializado que realize esse serviço educacional.

O AEE é de fundamental importância porque trabalha as reais necessidades do aluno, respeitando os ritmos de aprendizagem e as peculiaridades de cada um, desenvolvendo a autonomia dos alunos, facilitando a aquisição de seus valores, além de favorecer a compreensão de conhecimentos relacionados à aplicação de situações de vida diária, contribuindo para o desenvolvimento das potencialidades de cada aluno proporcionando a aquisição de habilidades inter e intrapessoais, disponibilidade permanente para aprender, facilitando a caminhada ao saber; contribui para que o aluno construa gradualmente os seus conhecimentos, pelos processos de avanços e recuos inerentes ao seu próprio ritmo, evoluindo a cada passo, como indica Sartoreto. O mesmo, também conceitua este tipo de atendimento:

uma modalidade de ensino que perpassa todos os níveis, graus e etapas do percurso escolar e tem como objetivos, entre outros, identificar as necessidades e possibilidades do aluno com deficiência, elaborar planos de atendimento, visando ao acesso e à participação no processo de escolarização em escolas comuns, atender o aluno com deficiências no turno oposto àquele em que ele frequenta a sala comum, produzir e/ou indicar materiais e recursos didáticos que garantam a acessibilidade do aluno com deficiência aos conteúdos curriculares, acompanhar o uso desses recursos em sala de aula, verificando sua funcionalidade, sua aplicabilidade e a necessidade de eventuais ajustes, e orientar as famílias e professores quanto aos recursos utilizados pelo aluno (SARTORETTO; SARTORETTO. 2010, p 2).

É importante que o professor da sala do AEE seja dinâmico e criativo, a fim de facilitar o processo de ensino - aprendizagem do aluno, deve trabalhar as peculiaridades de cada um ao longo de todo o processo de escolarização e, acima de tudo, esse atendimento deve estar articulado com a proposta pedagógica do ensino comum mantendo comunicação para que juntos possam criar estratégias para o desenvolvimento dos alunos. Neste sentido, quanto mais houver esta interação, mais benefícios trará para as crianças, o que contribuirá para uma inclusão de qualidade evitando a discriminação entre o grupo.

3 MÉTODOS

A metodologia da pesquisa, expõe os aspectos coletados com a investigação de caráter bibliográfica narrativa (CORDEIRO et al., 2007), consultado em materiais já publicados, como artigos, revistas, teses, monografias, jornais que falam da inclusão de alunos com deficiência no ensino regular. Após a análise dos documentos aprofundou-se naqueles que tratam a temática supracitada. Tais como: A Constituição Federal de 1988, a Declaração de Salamanca de 1994, Saviani(2001), Silva(2001), Voivodic (2008), entre outros.

São inúmeros os desafios enfrentados no campo da inclusão. Diante disso, embasou-se em teóricos que tratam da inclusão de alunos com deficiência no sistema educacional de ensino público. Após a leitura de cinco trabalhos publicados no Google acadêmico, três no Portal da Capes e Periódicos e três na Lilacs desconsiderou-se aqueles pouco relevantes e privilegiou-se o estudo dos que enfatizavam a temática sobre inclusão de alunos com deficiência na rede regular de ensino.

De acordo com os artigos analisados, “Educação para todos: um estudo sobre a política de inclusão das pessoas com necessidades educacionais especiais no Brasil” (SANTIAGO, 2003), “Educação especial no Brasil: Contradições nas políticas de inclusão” (BOROWSKI, 2003-2014), “A dialética da inclusão em educação: uma possibilidade em um cenário de contradições”, “Um estudo de caso sobre a implementação da política de inclusão para alunos com deficiências na rede de ensino Faetec” (FOLGLI 2010), pode-se constatar que a falta de apoio governamental, adaptações da infraestrutura escolar, capacitações para os docentes e demais colaboradores escolares são desafios enfrentados diariamente no processo de inclusão da pessoa com deficiência.

Como o objetivo desta pesquisa é compreender o processo de implementação do movimento de inclusão na rede regular de ensino, busca compreender como ocorre o processo de implementação do movimento de inclusão na rede regular de ensino. Com isso, essa pesquisa buscou autores que abordaram essa temática de inclusão no ambiente escolar. Sendo assim, a presente pesquisa procurou conhecer os desafios enfrentados no processo de inclusão e o ensino-aprendizagem em sala de aula, na tentativa de melhorar o desenvolvimento do aluno com deficiência.

Então com a finalidade de analisar os desafios que as comunidades escolares enfrentam no tocante à inclusão, desenvolveu-se a presente pesquisa que possui caráter qualitativo. MINAYO (2002, p. 21-22).

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

A inclusão escolar deve ter como foco a construção de uma proposta acolhedora, ser baseada no respeito e, sobretudo, deve levar em consideração o potencial dos alunos que têm necessidades educativas especiais.

O processo de aprendizagem não se dá apenas na sala de aula, ou pela leitura sistemática de livros, isto é, está vinculado aos muitos fatores que compõem a inteligência humana. Magna (COMENIUS, 2006) apresenta as características fundamentais da escola moderna: a construção da infância moderna como forma de pedagogização, por meio da escolaridade formal (onde, as crianças eram tratadas como adultos); um pacto entre a família e a escola, por meio da qual a criança vai se soltando da influência da órbita familiar para a órbita escolar; dessa forma acontece a transmissão dos saberes, baseada no método de instrução simultânea, agrupando-se os alunos e, por fim, a construção de um lugar de educador, de mestre, reservado aos adultos transportadores de saberes.

Os próximos tópicos são um diálogo com os objetivos específicos trabalhados nesse artigo.

4.1 Verificar os desafios encontrados para incluir o aluno com deficiência na rede regular de ensino.

A escola inclusiva é aquela que acolhe todas as crianças independentemente de suas especificidades. De acordo com os princípios da Declaração de Salamanca (UNESCO, 1994), afirma a atenção educacional aos alunos com necessidades educacionais especiais, reafirmando o compromisso para a Educação para Todos e reconhecendo a necessidade de providenciar educação para pessoas com necessidades educacionais especiais dentro do sistema regular de ensino.

Contudo, após a leitura da dissertação intitulada EDUCAÇÃO PARA TODOS: um estudo sobre a política de inclusão dos portadores de necessidades educacionais especiais no Brasil, de autoria de Sandra Alves da Silva Santiago(2003), de acordo com a mesma, o atendimento educacional deve responder às necessidades educacionais do aluno. Embora o sistema educacional tenha sofrido alterações o aluno com necessidades especiais ainda não recebe atendimento adequado às suas especificidades.

A sala de aula deve ser um espaço de promoção e de participação de todos os presentes independente de ser especial ou não. Nesse cenário, alguns desafios encontrados para incluir a

pessoa com deficiência na rede regular de ensino podem ser citados como: a garantia de acesso, a permanência e a aprendizagem dos alunos que apresentam especificidades sensoriais, cognitivas, físicas e psíquicas e entre outras. Pode-se constatar que a falta de apoio governamental, adaptações da infraestrutura escolar, capacitações para os docentes e demais colaboradores escolares são desafios enfrentados diariamente no processo de inclusão da pessoa com deficiência.

4.2 Identificar alguns fatores que facilitam ou inibem o aprendizado de alunos com deficiências na escola.

Um dos fatores que facilitam ou inibem a aprendizagem dos alunos com deficiência é a falta de formação dos profissionais que atuam dentro das instituições de ensino, visto que, se o professor estiver capacitado para atender as especificidades do educando a aprendizagem é fluente, caso não, a aprendizagem não ocorre com eficácia. (BRASIL, 2010).

A educação inclusiva envolve um processo de preparação do professor que considera as diferenças e as dificuldades dos alunos na aprendizagem escolar como fonte de conhecimento sobre as condições de trabalho nas salas de aula.

As diretrizes da educação especial na educação básica (BRASIL, 2010) defendem que a formação continuada estimula o aprendiz a desenvolver os trabalhos em equipe, ouvir outras opiniões, a considerar o contexto ao elaborar a proposta das soluções, tornando-o consciente do que ele sabe e do que precisa atender. É importante destacar que a escola precisa implementar uma política de formação continuada para todos os funcionários, inclusive os educadores, para que assim encontrem soluções em que todos possam participar. Pois o professor necessita de uma boa formação e estar preparado para lidar com a realidade em sala de aula.

Diversos fatores facilitam ou inibem a aprendizagem do aluno com deficiência. Entre eles, estão os aspectos econômicos, ambientais, sociais, psicológicos, afetivos, emocionais e familiares. Destacam-se também as condições habitacionais, sanitárias, de higiene e nutrição são considerados relevantes para uma boa aprendizagem dentro e fora da escola.

4.3 Conhecer as políticas e práticas desenvolvidas na rede regular de ensino que favoreçam a formação do aluno com deficiência.

De acordo com a Constituição Federal de (1988) No seu artigo 206, inciso I, estabelece

a “igualdade de condições de acesso e permanência na escola” como um dos princípios para o ensino e garante, como o dever do Estado, a oferta do atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino. Com a garantia em Constituição da igualdade de direitos e de condições de acesso e permanência na escola, como o caso do Brasil, surgiram convenções e tratados internacionais reafirmando o direito de todos os seres humanos à igualdade, enfatizando a proibição de discriminação em virtude de raça, religião, sexo e deficiência. Nesse contexto é um processo em que se amplia a participação de todos os estudantes nos estabelecimentos de ensino regular.

Ao pesquisar as políticas de inclusão, os direitos sociais a educação básica, o convívio social, a acessibilidade, observou-se que os discursos políticos são embasados em interesses e são concebidos e assimilados em relações conflituosas, sendo instruídos por diversos grupos de maneira seletiva, a partir de suas análises, segundo aquilo que é julgado como mais importante nos enunciados políticos (OZGA, 2000).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A educação inclusiva tem um influxo positivo no desenvolvimento da criança com deficiência, sendo fundamental que haja uma boa estimulação para que a criança se desenvolva. No processo de inclusão, não significa somente o aluno estar incluso na escola, significa estar inserido na escola, tendo todas as contribuições necessárias para que o seu desenvolvimento aconteça, interagindo, participando e potencializando suas capacidades, visto que, a inclusão é um processo de aprendizado em todos os aspectos, instigando a criança em seu desenvolvimento intelectual e emocional, o qual depende também do processo de interação com a sociedade em que vive.

A escola contribui de forma significativa no desenvolvimento da criança com necessidades educativas especiais (NEE), favorecendo a descoberta de novas conquistas, estimulando a criança a comunicação oral e escrita. É um problema da atualidade trabalhar as especificidades dos educandos, sendo um processo contínuo na transformação e envolvimento dos educadores da escola de ensino regular que inclua essa clientela na sociedade educativa, visto que a lei exige ensino de qualidade para todos.

Com esse estudo, pode-se perceber a preocupação que a política brasileira tem em assegurar a inclusão das pessoas com deficiência, a fim de promover o acesso e a permanência dos alunos na escola de ensino regular. Vale ressaltar que, este processo deve acontecer de forma que envolva toda comunidade escolar, e a sociedade para que assim se elimine o preconceito que ocorre desde do princípio da humanidade.

Diante dos desafios, a escola promove a inclusão de alunos com deficiência na sua maneira de fazer acontecer a aprendizagem com eficácia, pois a presença dos mesmos pode provocar mudanças metodológicas e organizativas, de modo a criar um ambiente de aprendizagem mais rico para todos.

Espera-se que os resultados encontrados neste estudo sirvam de base para uma análise crítica e reflexiva dentro da escola, possibilitando então mudanças necessárias para que a educação inclusiva de fato aconteça dentro das salas de aula. Com essa pesquisa pode-se perceber que ainda há muito a se fazer no campo da inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais.

As instituições de ensino, assim como os profissionais não estão preparados de forma a atender essa clientela em todas as suas especificidades. Existem inúmeros desafios para se efetivar a inclusão de pessoas com deficiência no ambiente escolar, dentre eles, a falta de formação voltada a para professores, atendimento individualizado com esses alunos, salas de

aulas superlotadas.

Portanto, é preciso que haja mais investimentos, políticas públicas voltadas para a inclusão, ampliação nos espaços físicos das escolas e principalmente, a mudança na concepção que muitos têm a respeito da pessoa com deficiência, visto que o preconceito é um dos maiores desafios a ser enfrentado dentro e fora do ambiente escolar. Espera-se que esse trabalho possa auxiliar outros acadêmicos na busca pelo conhecimento sobre inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, 1988.

BRASIL. **Diretrizes nacionais para a educação especial na educação básica**. Resolução 02/2001. Brasília: Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação, 2001.

_____. Ministério da Educação. **Secretaria de Educação Especial**. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Brasília: MEC/SEESP, 2007.

_____. Ministério da Educação. **A Educação Especial na Perspectiva da Inclusão Escolar: a escola comum inclusiva**. v. 1. Brasília, 2010.

CARVALHO, Rosita Edler. **Removendo barreiras para aprendizagem: educação inclusiva**. 6ª edição Porto Alegre: Mediação, 2007. 174 p.

COMENIUS. Didática Magna. São paulo: Martins Fontes, 2006.

DECLARAÇÃO MUNDIAL SOBRE EDUCAÇÃO PARA TODOS. **Plano de Ação para Satisfazer as Necessidades Básicas de Aprendizagem**. Conferência Mundial sobre Educação para Todos. Jomtien, Tailândia, 1990.

Declaração de Salamanca: **sobre princípios, políticas e práticas na área das necessidades educativas especiais**. Brasília: Unesco, 1994.

BOROWSKY, Fabíola. “Educação especial no Brasil: Contradições nas políticas de inclusão”. Porto Alegre, 2003-2014.

FOLGLI, Bianca Fátima dos santos. “**A dialética da inclusão na educação: uma possibilidade em um cenário de contradições**”, “**Um estudo de caso sobre a implementação da política de inclusão para alunos com deficiências na rede de ensino Faetec**”. Rio de Janeiro, 2010.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 6. ed. 3. reimpr. São Paulo: Atlas, 2006.

MINAYO, M. C. de S. (org.). Pesquisa social: teoria, método e criatividade. 14. ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

SANTIAGO, Sandra Alves da Silva, “**Educação para todos: um estudo sobre a política de inclusão das pessoas com necessidades educacionais especiais no Brasil**”. Recife, 2003.

SARTORETTO, Mara Lúcia; SARTORETTO Rui. **Atendimento Educacional Especializado e Laboratórios de Aprendizagem**: o que são e a quem se destinam. Disponível em:

<https://monografias.brasilecola.uol.com.br/educacao/o-atendimento-educacional-especializado-as-praticas-educativas-na-perspectiva-da-inclusao.htm>. Acesso em: 17 Novembro. 2020.

SASSAKI, R. K. **Inclusão: construindo uma sociedade para todos**, Rio de Janeiro: WVA, 1997.

SAVIANI, Dermeval. **Escola e democracia**: teorias da educação, curvatura da vara, onze teses sobre a educação política. 34ª ed. Campinas, São Paulo, Autores Associados, 2001.

SILVA, Shirley. **Educação especial** – entre a técnica pedagógica e a política educacional. In: Educação especial; múltiplas leituras e diferentes significados. Shirley Silva e Marli Vizim (orgs). Campinas, SP: Mercado de Letras. Associação de Leitura no Brasil – ALB, 2001.

VOIVODIC, Maria Antonieta. **Inclusão Escolar de Crianças com Síndrome de Down**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

VOIVODIC, M. A. **Inclusão escolar de crianças com Síndrome de Down**. 5º ed. Petrópolis: Vozes, 2008.